

RESPOSTA DO IBRAM AO OFÍCIO 225/2007/DCONAMA/SECEX/MMA

Monitoramento dos efeitos da Resolução CONAMA 369 no setor de mineração

a) Quais as dificuldades encontradas na interpretação e aplicação dos dispositivos desta Resolução?

Dentre as empresas associadas ao IBRAM que responderam às perguntas houve consenso que a criação da Resolução CONAMA 369/06 representou um grande avanço nas leis brasileiras, uma vez que, caracterizando a atividade de mineração como utilidade pública ou interesse social, esclareceu um entrave que desde muito complicava o processo de licenciamento ambiental para atividades minerárias.

As ressalvas que são feitas se relacionam às dificuldades encontradas na aplicação dos dispositivos desta Resolução no que tange ao desalinhamento interpretativo dos empreendedores, técnicos e entidades do próprio setor minerário. Ocorre desde conflitos de entendimento sobre os conceitos de APPs até resistência em cumprir minimamente algumas das condicionantes para se obter as autorizações para intervenções nessas áreas.

b) Quais os principais entraves encontrados pelos setores econômicos para a obtenção da autorização de intervenção em APP?

Na verdade, os entraves encontrados não possuem relação específica com a Resolução 369, mas sim advêm de um problema bem mais complexo e que permeia as questões burocráticas de cunho ambiental, que são os entraves relacionados ao labirinto que representa qualquer processo de licenciamento ambiental minerário com ou sem intervenção em APP.

Além disso, o que se nota, é que processos de intervenção em APP são mais morosos do que processos em que envolvem apenas supressão de vegetação sem intervenção em APP. Salienta-se ainda que, em alguns casos, houve um diferenciação nas licenças obtidas para atividades de mineração com supressão em APP e a compensação solicitada, nestes casos, equivaleu a uma área duas vezes maior que a área em que foi realizada a intervenção.

c) Sua empresa já teve autorização de supressão de vegetação negada ou ainda não outorgada, com base na Resolução? [Em caso positivo, favor detalhar: empresa, título minerário, substância(s) mineral(is) objetivada(s), tipo de APP, estado, município, órgão autorizador].

Dentre as empresas associadas ao IBRAM que responderam às perguntas, não houve nenhum problema quanto à obtenção de licença que, por se tratar de mineração, foi liberada depois de firmado o termo de compromisso para compensação ambiental.